



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

OFÍCIO Nº 106/2019-G4P

Brasília, 19 de setembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor Conselheiro,

Reporto-me ao **Processo TCDF nº 36.572/2018-e**, que trata da análise do Edital nº 1/2018, apreciado por esta Quarta Procuradoria no Parecer nº 353/2019-G4P, referente à realização de concurso público destinado ao provimento de cargos de nível superior, bem como formação de cadastro reserva, na então Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH, para o cargo de **Especialista em Assistência Social**, para levar ao conhecimento de Vossa Excelência, **Relator dos referidos autos, cinco denúncias** formuladas à Ouvidoria do **MPC/DF**, que dão conhecimento de possíveis irregularidades no processamento do concurso supracitado.

Em apertada síntese, as denúncias reportam o seguinte:

- i) ausência de justificativa/fundamentação para eliminação de candidato na prova discursiva; e
- ii) não observância de cláusula editalícia¹, uma vez que o quantitativo mínimo de candidatos **não foi alcançado** e não houve convocação dos demais candidatos aprovados para o curso de formação dentro do limite de 498 vagas estabelecidas no Edital (provimento imediato + cadastro de reserva).

No que tange à matéria sintetizada na primeira denúncia, em se confirmando que o IBRAE, instituição responsável pela condução do certame, não disponibilizou ao candidato o espelho de correção da prova discursiva **com os elementos identificadores dos erros** que ensejaram a sua desclassificação, restaria configurada, no caso concreto, conduta passível de repreenda, na medida que viola os princípios da motivação e da transparência.

Ao Excelentíssimo Conselheiro
ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Tribunal de Contas do Distrito Federal
Brasília/DF

¹ 10.5 Os demais candidatos, não convocados para esta etapa serão considerados eliminados, exceto se o número de vagas, acrescidas pelo cadastro de reserva, não for preenchido.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

In facto, é papel das bancas examinadoras esclarecerem a pontuação descontada dos candidatos por equívocos cometidos, bem como informar a pontuação atribuída aos candidatos após a respectiva revisão. Em não fazendo isso, não há como o candidato sequer saber contra o que recorrer. A propósito, sobre o tema, trago o seguinte julgado do c. **STJ**:

“ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DE DIREITO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA ACERCA DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO UTILIZADOS PARA A CORREÇÃO DA PROVA DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO DO ART. 50 DA LEI 9.784/1999 E AOS PRINCÍPIOS DA PUBLICIDADE, TRANSPARÊNCIA E MOTIVAÇÃO. CONCEDO PARCIALMENTE A ORDEM, A FIM DE DETERMINAR NOVA CORREÇÃO DAS PROVAS, SOMENTE QUANTO AOS IMPETRANTES, COM CRITÉRIOS DE CORREÇÃO PREVIAMENTE ESTABELECIDOS, DIVERGINDO DO MINISTRO RELATOR QUE CONCEDIA INTEGRALMENTE A ORDEM (RMS 56.639/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe 09/05/2019)

Ante o exposto, dou provimento ao recurso, para conceder parcialmente a segurança e anular os atos administrativos de correção e divulgação da nota das provas de sentença somente dos impetrantes, devendo a banca, após confeccionar um gabarito padrão, com a indicação dos critérios jurídicos objetivos de avaliação e respectiva pontuação a ser obtida em cada um deles, proceder à nova correção e divulgação das notas obtidas, e, após, seja determinada a reabertura do prazo recursal para que os impetrantes, querendo, recorram do resultado.” (Grifos acrescidos).

(RMS 60.971, Min. Rel. **Benedito Gonçalves**. 22/8/2019.)

A segunda irregularidade sintetizada alhures versa sobre a suposta violação do item 10.5 do Edital nº 1/2018, que assim especifica: **“os demais candidatos, não convocados para esta etapa serão considerados eliminados, exceto se o número de vagas, acrescidas pelo cadastro de reserva, não for preenchido”**. Importante destacar que a etapa a que se refere o referido dispositivo é o curso de formação.

Com efeito, alegam os denunciante que não há aprovados suficientes para suprir o quantitativo de 498 vagas (83 vagas para provimento imediato mais 415 vagas para cadastro de reserva) disponibilizadas no item 2.2.1.2 (Código 101.5) do Edital, os quais estariam aptos à realização imediata do curso de formação.

Alegam ainda que o Edital não disciplinou os critérios a serem utilizados para a convocação dos demais candidatos caso o número de vagas, acrescidas pelo cadastro de reserva, não fosse preenchido.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Conforme observa-se, o tema altercado circunscreve-se à cláusula de barreira constante do edital e sua flexibilização. A teor do entendimento sedimentado no âmbito do c. **Supremo Tribunal Federal**, regra geral, é a **aprovação do candidato dentro do número de vagas** que lhe assegura o direito subjetivo à nomeação durante o prazo de validade do certame. A propósito, os seguintes precedentes:

“DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONCURSO PÚBLICO. FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA. CARÁTER PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. Candidato aprovado em concurso público para formação de cadastro de reserva não tem direito subjetivo à nomeação, mas mera expectativa.

2. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, fica majorado em 25% o valor da verba honorária fixada anteriormente, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015.

3. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.”

(RE 994.948 AgR/PE, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Roberto Barroso**, DJe de 13/3/2017).

“Agravo regimental no recurso extraordinário. Administrativo. Concurso público. Candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital. Direito à nomeação. Prazo de validade. Cláusulas editalícias. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Precedentes.

1. O Plenário do STF, ao apreciar o mérito do RE nº 598.099/MS-RG, Relator o Ministro Gilmar Mendes, concluiu que o candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas previsto no edital tem direito subjetivo à nomeação.

2. Não se presta o recurso extraordinário para a análise de cláusulas de edital de concurso, tampouco para o reexame do conjunto fático-probatório da causa. Incidência das Súmulas nºs 454 e 279/STF.

3. Agravo regimental não provido.

4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, haja vista tratar-se, na origem, de mandado de segurança (art. 25 da Lei nº 12.016/09). ”

(RE 859.937 AgR/SC, **Segunda Turma**, Rel. Min. **Dias Toffoli**, DJe de 5/5/2017).

É dizer, a constituição do cadastro de reserva mais abrangente ou a flexibilização da cláusula de barreira contida no item 10.5 **não afastam**, inicialmente, a possibilidade de juízo de conveniência e oportunidade quanto às nomeações.

Oportuno ressaltar, **sem embargo**, que o c. **STF** reconheceu a repercussão geral envolvendo o estabelecimento de condições de afunilamento para que apenas os candidatos melhores classificados continuem no certame, julgando, inclusive, o mérito da demanda. Nesse sentido, o e. **Pretório Excelso** proferiu no julgamento do RE 635.739/AL a seguinte tese jurídica ementada nos seguintes termos:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

“Recurso Extraordinário. Repercussão Geral.

2. Concurso Público. Edital. Cláusulas de Barreira. Alegação de violação aos arts. 5º, caput, e 37, inciso I, da Constituição Federal.

3. Regras restritivas em editais de concurso público, quando fundadas em critérios objetivos relacionados ao desempenho meritório do candidato, não ferem o princípio da isonomia.

4. As cláusulas de barreira em concurso público, para seleção dos candidatos mais bem classificados, têm amparo constitucional.

5. Recurso extraordinário provido.”

(RE nº 635.739/AL, **Plenário**, Rel. Min. **Gilmar Mendes**, DJe de 3/10/2014).

Na esteira do entendimento encampado pelo em. Min. **Gilmar Mendes**, as cláusulas de barreira possuem amparo constitucional e almejam **privilegiar os postulados da economicidade e da eficiência**, visto que, como exemplo, possibilitam a redução de custos administrativos advindos da contratação de empresa especializada para a correção de provas e realização de exame psicotécnicos, bem como permitem a seleção dos candidatos com maior qualificação. Além disso, a imposição de cláusula limitadora em relação ao total de aprovados em concurso público pode dotar de maior celeridade a seleção pública, o que é compatível com o princípio da duração razoável dos processos no âmbito administrativo.

Nesse particular, oportuno ressaltar que, em regra, a lista de aprovados em concursos públicos **supera** em larga escala as demandas dos órgãos e entidades públicas. Sendo assim, a aplicação da tese jurídica deve ser avaliada levando em conta a situação fática apresentada e, especialmente, a avaliação do alcance dos postulados constitucionais envolvidos.

No caso **sub examine**, o **Parquet** notou que a suposta flexibilização da cláusula de barreira estabelecida no item 10.5 do Edital nº 1/2018 trouxe um imbróglcio desnecessário à Administração. Há fortes indícios de que o item 10.5 seja desarrazoado, passível de reconhecimento a sua nulidade. Conforme se observa das denúncias, o dispositivo serviu apenas para **disseminar dúvidas quanto a sua aplicabilidade**, mas que, diante do fato concreto, devem ser resolvidas.

In casu, se, por um lado, há mais aprovados no certame do que o quantitativo de vagas disponibilizados para provimento imediato, ou seja, 296 candidatos aprovados para 83 vagas de provimento imediato, de outro, **existe um déficit para a formação do cadastro de reserva que, supostamente, deveria ser suprido com a relativização da cláusula de barreira estabelecida no item 10.5 do Edital.**

Assim, ante o descompasso entre as disposições editalícias e a operacionalização do certame, que denotam possível violação aos princípios da transparência, legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, cabe ao c. **Tribunal** debruçar-se sobre a matéria trazida pelos denunciantes.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Aproveito a oportunidade para agradecer a atenção dispensada.

Atenciosamente,

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador